

Quem somos, quantos somos, onde estamos? A política de comunicação como instrumento para integração e consolidação da identidade institucional

Who we are, how many we are, where we are? Communication policy as an instrument for integration and consolidation of institutional identity

Juliana Luiza de Oliveira Canêdo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
juliana.luiza@ifgoiano.edu.br

.....

Juliana Cristina da Costa Fernandes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
juliana.fernandes@ifgoiano.edu.br

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de problematizar o nível de conhecimento que públicos internos do Instituto Federal Goiano (IF Goiano) têm sobre o local onde trabalham ou estudam. Para tanto serão divulgados dados parciais da pesquisa de mestrado de servidora desta Instituição, realizada com 347 participantes (alunos e servidores) de três unidades. O trabalho é descritivo, com abordagem mista, do tipo estudo de caso. Os resultados mostram que, embora a maioria da amostra estudada conheça a existência e sigla dos dois institutos federais em Goiás, grande parte desse público desconhece quantos *campi* a Instituição possui. Tampouco consegue identificar cidades onde a autarquia está instalada. Por fim, as autoras apresentam a política de comunicação como uma proposta integradora para a Instituição e necessária para a consolidação da identidade desta autarquia.

Palavras-chave: Instituições de Ensino. Identidade. Política da Comunicação.

Abstract

This article aims to problematize the level of knowledge that internal audiences of the Federal Institute of Goiás (IF Goiano) have about the place where they work or study. To do so, partial data from the Masters degree research of the institutions server, conducted with 347 participants (students and servers) from three units will be released. The work is descriptive, of mixed approach, study of case type. The results show that, although most of the studied sample knows the existence and acronym of the two federal institutes in Goiás, a large part of this public does not know how many campuses the institution has. Nor can they identify cities where the autarchy is installed. Finally, the authors present the

communication policy as an integrative proposal for the institution and necessary for the consolidation of the identity of this autarchy.

Key words: Educational Institutions. Identity. Communication Policy.

Introdução

Embora existam dois Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado de Goiás – Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e Instituto Federal de Goiás (IFG), não é raro identificar membros da comunidade escolar confundindo o nome da Instituição em que estudam ou trabalham. Sem entrar no mérito da semelhança dos nomes – o que, claro, acaba por acirrar essa confusão, e isso ocorre em outros estados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) com mais de uma autarquia -, o fato é que esta completou dez anos em 2018, e isso exige seriedade e compromisso com ações de comunicação integradoras para fortalecer e consolidar a identidade das instituições que a compõem.

Tomando como base o caso do Instituto Federal Goiano, ao se analisar o histórico das unidades que se uniram para sua formação, percebe-se que muitas mudanças institucionais, inclusive na identidade visual e na nomenclatura, ocorreram em um espaço de tempo relativamente curto. E somente após a última institucionalização houve esforços efetivos para se profissionalizar a comunicação organizacional da Instituição, com a contratação de jornalistas, relações públicas, publicitários e designers, entre outros profissionais. Mas ao longo da última década, observa-se que, mesmo com significativo investimento em novos servidores, equipamentos e recursos orçamentários, existem poucas ações integradoras, normativas e diretrizes instituídos para a área.

A comunicação organizacional compreende um conjunto significativo de atividades, ações, estratégias, produtos e processos desenvolvidos pela organização, a fim de promover a interação com os públicos de interesse ou estratégicos (BUENO, 2019a). Ou seja, aqueles com quem a Instituição quer ou precisa, estrategicamente, dialogar – alunos, servidores, pais de alunos, imprensa etc. Contudo, um planejamento eficiente de comunicação organizacional prescinde de uma política de comunicação – um processo articulado de definição de valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas para orientar o desenvolvimento das ações de comunicação (BUENO, 2019b).

Apesar disso, poucas são as organizações no país que detêm uma política de comunicação explícita, autêntica e documentada. Na área da Educação, em especial nas instituições de ensino, essa ausência é ainda maior. Alves (2013), por exemplo, constatou que as universidades federais não tinham, à época, políticas de comunicação institucionalizadas. Segundo o pesquisador, essas autarquias focam mais na oferta de produtos de comunicação do que no planejamento das ações. Scrofernecker (2003), ao pesquisar políticas de comunicação em universidades gaúchas públicas e privadas, concluiu que apesar de todas as instituições afirmarem dispor desses instrumentos, quase 70% delas não possuíam documento que comprovasse ou descrevesse a

política adotada. Beltrame (2014), em estudo sobre política de comunicação na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, constatou situação semelhante.

Em pesquisa exploratória, a pesquisadora buscou o termo “política de comunicação” nos sites das instituições da RFEPC e encontrou, na maioria dos casos, documentos que não se referiam a políticas consolidadas, com amplitude ou profundidade. Já em 2019, as autoras deste artigo identificaram, ao todo, 13 instituições com políticas de comunicação na Rede, além do Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

Pesquisadores deste tema destacam que a política de comunicação deve ser mais do que uma simples intenção: é um compromisso que a organização assume no que diz respeito ao relacionamento com seus diversos públicos. Essa filosofia de gestão deve, nas organizações modernas, estar comprometida com a ética, a transparência, o profissionalismo, a proatividade e a cidadania (BUENO, 2019b; DUARTE; SILVA, 2007).

Quando se tratam de instituições públicas de ensino, sobretudo, esses compromissos têm uma dimensão maior. É uma prestação de contas - por exemplo - divulgar as vagas disponíveis, as pesquisas desenvolvidas e os projetos de extensão junto à comunidade. Gurjão (2008) aponta que a política pública de comunicação deve ter como objetivo democratizar a compreensão sobre as ações e o funcionamento do órgão público emissor da mensagem, do seu objetivo de trabalho e do conhecimento acumulado em sua estrutura.

Segundo a autora, esses pressupostos coadunam com os conceitos de democratização e universalização, que por sua vez pressupõem o acesso à informação, ao conhecimento e à compreensão dos fatos, possibilitando que sejam acessíveis a todos. Kunsch (1992), adicionalmente, ao tratar especificamente da universidade, defende que no mundo em que vivemos hoje, ela precisa ser democratizada, “e um serviço de comunicação é o melhor caminho para a abertura de novos canais de diálogo dentro e fora de seus muros” (KUNSCH, 1992, p.27).

Ocorre, ainda, das políticas existentes não terem sido construídas coletivamente – condição considerada indispensável para o sucesso de sua implementação. Isso porque comunicação é tarefa de todos os públicos internos de uma organização – são eles que se constituem nos seus parceiros habituais e estratégicos (BUENO, 2019b). Assim, o próprio processo de criação da política se constitui de uma prática integradora, e é por aí a aposta para reposicionar o trabalho de gestão da comunicação do Instituto Federal Goiano, *lócus* da pesquisa de mestrado da discente.

Cabe ressaltar que são os públicos internos, também, os agentes que vivenciaram as transformações institucionais ocorridas ao longo dos anos e concentram elementos que podem reconstituir e preservar a memória dessa autarquia. Assim, por mais que novas mudanças institucionais aconteçam, a Instituição preserva sua identidade e os indivíduos que ali estudam e trabalham sentem-se, de fato, partes de um todo e pertencentes a ele. E nesse sentido, a

política de comunicação também interfere, pois proporciona ações que consolidam a identidade institucional.

Com o objetivo, portanto, de promover ações integradoras, foi realizada no IF Goiano a pesquisa Política de Comunicação na Educação Profissional e Tecnológica: proposta para um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. O estudo faz parte do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), oferecido por essa autarquia. Além da relevância social, a pesquisa contribui com os trabalhos de investigação em Comunicação Organizacional, sobretudo nas instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Afinal, muitos profissionais de comunicação que atuam no campo partem do pressuposto de que os processos comunicacionais são simples e possíveis de entender por mero *insight*, descartando-se o esforço sistemático que respalda os trabalhos de pesquisa (BUENO, 2014). Ainda, existem na literatura acadêmica poucos estudos sobre política de comunicação – sobretudo na interface com outras áreas.

A pesquisa foi desenvolvida na reitoria e nos *campi* Rio Verde, Trindade e Campus Avançado Ipameri do IF Goiano. A escolha dessas unidades se justifica por particularidades de cada uma que são comuns às demais da Instituição, a fim de conferir representatividade ao estudo. Os *campi* escolhidos podem ser enquadrados nas seguintes categorias: Rio Verde, representando as unidades mais antigas, que já existiam quando o IF Goiano foi criado; Trindade como *campus* em expansão e Ipameri como *campus* avançado. Feita tal explanação introdutória, passa-se a um breve histórico da Instituição e dessas unidades.

O Instituto Federal Goiano

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano foi criado em 2008 por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essas instituições são fruto de um reordenamento e expansão iniciados em abril de 2005.

Conforme o disposto nessa lei, Goiás ficou com dois institutos: o Instituto Federal Goiano, com vocação para as ciências agrárias, e o Instituto Federal de Goiás, voltado para cursos na área industrial. O IF Goiano integrou os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) de Rio Verde, Urutaí e sua respectiva Unidade de Ensino Descentralizada de Morrinhos (Uned), mais a Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCE) – todos provenientes de antigas escolas agrícolas (IF GOIANO, 2019).

Como órgão de administração central, o IF Goiano teve sua reitoria instalada em Goiânia, capital de Goiás. Em 2010, inaugurou uma nova unidade em Iporá, no Oeste Goiano, e em 2011 – por meio de nova expansão da Rede Federal - a Instituição foi contemplada com outros três novos *campi* em expansão, nos municípios de Trindade, na região metropolitana de Goiânia, Campos Belos e Posse – ambos no nordeste goiano. Um pouco depois, em 2014, o Instituto

ganhou também quatro *campi* avançados, nas cidades de Catalão, Hidrolândia, Ipameri e Cristalina – este com tipologia alterada para *campus* em expansão em 2018.

Assim, o IF Goiano tem, atualmente, 12 unidades em Goiás, instaladas em praticamente todas as regiões do Estado. A Instituição conta, também, com um Polo de Inovação no município de Rio Verde, voltado para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação em parceria com agroindústrias. Já o IFG foi formado, em 2008, pela junção do Cefet Goiás e Uned de Jataí. Hoje, essa Instituição tem 14 *campi*, mais a reitoria, também instalada em Goiânia.

De acordo com a Lei 11.892, o IF Goiano é uma autarquia federal detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparada às universidades federais. Oferece educação básica e profissional, com cursos técnicos *preferencialmente integrados* ao Ensino Médio, além de educação superior (BRASIL, 2008, grifo nosso). Atende, hoje, mais de 25 mil alunos (IF GOIANO, 2019).

Campus Rio Verde

O Campus Rio Verde iniciou suas atividades como Ginásio Agrícola de Rio Verde, autorizado pelo Ministério da Educação (MEC) em 27 de abril de 1967. Logo em seguida, em 25 de janeiro de 1968, foi transformado em Escola Agrotécnica Federal por meio do Decreto 62.178 e, em dezembro de 2002, passou a Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), até se tornar IF Goiano. A unidade está localizada no Sudoeste de Goiás, a 220 quilômetros da Capital. A Microrregião do Sudoeste de Goiás é composta por 18 municípios, sendo Rio Verde a cidade polo (IF GOIANO, 2019).

Rio Verde está entre as quatro cidades mais populosas do Estado, com população estimada em 229 mil habitantes (IBGE, 2018). A economia do município é impulsionada principalmente pela produção de alimentos, figurando no cenário nacional como um dos maiores produtores de grãos e dos efetivos da pecuária de bovinos, suínos e aves.

O *campus* do IF Goiano em Rio Verde ocupa uma área de 219 hectares, abrigando ambientes administrativos, laboratórios diversos para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, salas de aula e uma fazenda escola com diversas culturas animal e vegetal instaladas. Atualmente, oferece capacitações em diferentes modalidades, sendo os cursos técnicos disponíveis nas seguintes áreas: Administração, Agropecuária, Alimentos, Informática, Química, Segurança do Trabalho, Edificações, Contabilidade e Biotecnologia. Desenvolve, ainda, a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), destinada a seu público específico.

Além desses, a unidade oferta cursos superiores em Tecnologia em Agronegócio, Tecnologia em Saneamento, Agronomia, Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Zootecnia, Bacharelado em Ciências Biológicas, Ciências da Computação, Licenciatura em Química e Licenciatura em Ciências Biológicas. No que se refere à pós-graduação *Stricto sensu*, o Campus Rio Verde oferece mestrado em Ciências Agrárias – Agronomia,

Zootecnia, Agroquímica, Tecnologia de Alimentos, Engenharia Aplicada e Sustentabilidade, Produção de Grãos e Bioenergia, Biodiversidade e doutorados em Ciências Agrárias – Agronomia e em Biotecnologia. Atende 5.330 alunos (BRASIL, 2017).

Campus Trindade

O Instituto Federal Goiano - Campus Trindade iniciou suas atividades em 02 de março de 2015, atendendo à terceira fase da política de expansão da Rede Federal de Educação. Seu funcionamento foi autorizado oficialmente em 2016, por meio da Portaria nº 378, de 09 de maio de 2016.

O município está situado a 16 quilômetros a oeste da Capital, inserido no complexo territorial da Região Metropolitana de Goiânia, fazendo limite com Abadia de Goiás, Avelinópolis, Caturai, Campestre de Goiás, Goiânia, Goianira, Guapó e Santa Bárbara de Goiás. Possui, atualmente, uma população estimada em 125 mil habitantes (IBGE, 2018).

A cidade tem presenciado nas últimas décadas intenso processo de transformação socioespacial, com o surgimento de novas atividades produtivas industriais, desenvolvimento do turismo religioso, atração de fluxos migratórios, expansão do seu espaço urbano, especialização nos setores do comércio e dos serviços, entre outras.

O Campus Trindade oferta os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio em Automação Industrial, Edificações, Eletrotécnica e Informática para Internet; e subsequentes em Edificações, Eletrotécnica, Informática para Internet e Segurança do Trabalho. Oferece, também, cursos superiores nas áreas de Engenharia Civil e Engenharia Elétrica, além de especialização *Lato sensu* em Ensino de Humanidades. Atende, hoje, 908 alunos (BRASIL, 2017).

Campus Avançado Ipameri

O Campus Avançado Ipameri iniciou suas atividades em fevereiro de 2014, após receber as instalações de um *campus* desativado da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Seu funcionamento foi autorizado, oficialmente, pela Portaria nº 505 de 10 de junho de 2014.

O município de Ipameri está situado a 193 quilômetros da Capital, inserido na região Sudeste de Goiás, tendo como limítrofes Caldas Novas, Campo Alegre, Catalão, Corumbáiba, Cristalina, Goiandira, Luziânia, Nova Aurora, Orizona, Paracatu, Pires do Rio e Urutaí. A população estimada é de 26 mil habitantes (IBGE, 2018).

As principais atividades econômicas de Ipameri são a agropecuária, seguida de serviços e da indústria. Os cursos técnicos oferecidos são Comércio e Redes de Computadores, ambos integrados ao Ensino Médio. A unidade também oferece os cursos superiores de Tecnologia em Gestão Comercial e Segunda Licenciatura em Pedagogia, além da pós-graduação *Lato sensu* em Docência do Ensino Superior e Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Atende, hoje, 538 alunos (BRASIL, 2017).

Pequenos feudos ou instituição integrada?

Ao analisar documentos constituintes e o histórico de criação do IF Goiano, conclui-se que ele, assim como as demais instituições que compõem a RFEPCT, advêm de uma proposta integradora. Aliás, o próprio sentido da palavra “rede” admite essa conotação. O dicionário Houaiss traz o seguinte significado ao termo: “conjunto de pessoas ou organizações que mantêm contato entre si, organizadas sob um único comando ou com interesses e objetivos comuns” (HOUAISS, 2017).

Para além da junção de instituições na formação de uma rede, a integração também é elemento constitutivo no que se refere ao ensino dessas autarquias, uma vez que os cursos técnicos por elas oferecidos devem ser, preferencialmente, integrados ao Ensino Médio. Ciavatta (2005), Moura (2007) e Ramos (2007) explicam que, por meio dessa proposta, o currículo é organizado pedagogicamente de modo que os conceitos sejam aprendidos a partir das relações de uma totalidade concreta. Ou seja, contextualizados com base em uma proposta, via de regra, interdisciplinar. De forma mais específica, a educação geral ou propedêutica deve ser inseparável da educação profissional, em todos os campos onde há a formação para o trabalho (CIAVATTA, 2005).

A concepção do Ensino Médio Integrado surgiu como uma tentativa de confrontar a educação hegemônica brasileira, historicamente dual e voltada às elites (CIAVATTA, 2005; MOURA, 2007; RAMOS, 2007). Lógica essa que se perpetua na perspectiva do capitalismo vigente, cuja formação educacional e profissional está voltada para o mercado de trabalho (MOURA, 2017).

A educação contra-hegemônica vai de encontro a esse movimento histórico, pois visa à formação unitária e que seja laica, emancipatória e para todos (MOURA, 2007). É, também, omnilateral – integrando, ao mesmo tempo, trabalho, ciência e cultura (RAMOS, 2007) - e politécnica/tecnológica para a formação humana integral, o que implica a formação intelectual, física e tecnológica (MOURA; LEITE LIMA FILHO; RIBEIRO SILVA, 2015). O que se busca é reduzir a simplificação da formação do trabalho para o aspecto operacional e garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto o direito a uma formação completa para a atuação como cidadão (CIAVATTA, 2005).

Portanto, embora caminhe no sentido da integração, as instituições da RFEPCT, nas quais se inclui o IF Goiano, é necessário admitir que essa nova institucionalização traz muitos desafios. Antes de mais nada porque, por si só, essas profundas mudanças acabam por criar um sentimento de não pertencimento pela comunidade escolar, que não se percebe parte da mesma instituição.

Ciavatta (2005) faz uma ponderação a respeito dessas mudanças para a história e memória das instituições de educação. Segundo ela, por serem, em geral, processos construídos por sujeitos externos, nos quais as escolas tiveram que se inserir e se apropriarem do projeto como seus, novas identidades também acabam se tecendo. Ela problematiza, então, que cabe saber se as comunidades escolares têm consciência disso, qual memória que preservam e qual história constroem sobre si próprias (CIAVATTA, 2005).

Para a autora, assumir o compromisso da integração implica em reafirmar a identidade das escolas. Para tanto, é necessário conhecer e compreender sua história, o que ocorreu ao longo dos anos, reconstituir e preservar sua memória. Só após se reconhecerem como sujeitos sociais coletivos com uma história e uma identidade própria a ser respeitada em qualquer processo de mudança será possível decidir coletivamente para onde se quer ir.

E como fazer isso? Preservando documentos, fotos, livros ou papéis – “um projeto de resgate da escola como lugar de memória, das lembranças de seus personagens e momentos mais expressivos” (CIAVATTA, 2005, p. 14). Uma vez apresentadas as unidades onde a pesquisa foi realizada e elementos que constituem as bases teóricas que formam a educação por elas ofertadas, parte-se para a discussão de resultados parciais, referentes à pesquisa que trata desta temática.

Conhecimento sobre o IF Goiano

A pesquisa Política de Comunicação na Educação Profissional e Tecnológica: proposta para um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia é descritiva, com abordagem mista, do tipo estudo de caso. A análise estatística foi utilizada para tratamento e análise dos dados e identificou que a maioria do público interno desses *campi*, considerando estudantes e servidores, conhece a existência e sigla dos dois institutos federais em Goiás, mas grande parte desse público desconhece quantos *campi* a Instituição possui. Tampouco consegue identificar cidades onde a autarquia está instalada.

Para chegar a esse resultado, após aprovação dos instrumentos de coleta pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IF Goiano, foram aplicados 347 questionários nos *campi* Rio Verde, Trindade e Ipameri, nos meses de fevereiro a abril de 2019. Essa amostra de estudantes e servidores corresponde a uma pesquisa com 95% de nível de confiança e 5% de margem de erro, considerando a população total de servidores e estudantes dos três *campi*. Fizeram parte da amostra estudantes de graduação maiores de 18 anos e legalmente capazes, além de servidores docentes e técnico-administrativos da Instituição.

Cabe ressaltar que a busca pela representatividade na pesquisa deu-se não somente na escolha do seu local de realização, já exposto. No caso dos estudantes, foram estabelecidos para a coleta de dados critérios de proporcionalidade, em relação ao total da população, entre sexo e modalidades das graduações cursadas (bacharelado, licenciatura, tecnologia). Para os servidores, esses critérios foram sexo, categoria profissional e tempo de serviço no IF Goiano.

O questionário dividiu-se em três partes: a primeira correspondeu à coleta de informações pessoais, como sexo, idade, categoria e tempo de trabalho/estudo no IF Goiano. A segunda parte referiu-se a um diagnóstico para identificar a percepção de alunos e servidores sobre a comunicação praticada pelo IF Goiano. O tema em discussão nesse artigo refere-se especialmente à terceira

parte, que diz respeito ao nível de conhecimento que esses públicos têm sobre a Instituição.

Nessa seção, foram aplicadas três questões de múltipla escolha, nas quais os respondentes deveriam escolher apenas uma entre as alternativas oferecidas, sendo que somente uma delas era correta. As perguntas foram: a) Marque a alternativa que contenha a quantidade e o nome/sigla do(s) Instituto(s) Federal(is) existente(s) em Goiás; b) Quantos *campi* o IF Goiano possui? e c) Marque a alternativa que contém cidades onde o IF Goiano tem *campi*.

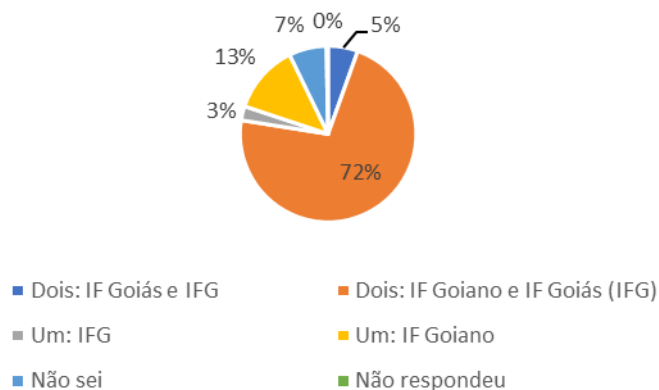
Dos 347 respondentes, 271 são estudantes e 76 são servidores docentes e técnico-administrativos dos *campi* Trindade, Ipameri e Rio Verde. No total, 168 são do sexo feminino e 179, masculino. Entre o segmento dos alunos, a maior parte tem entre 18 e 30 anos e está na Instituição entre 3 e 10 anos. No caso dos servidores, a maioria tem entre 31 e 40 anos e trabalha no IF Goiano entre 3 e 10 anos. Toma-se por hipótese que ambos - alunos e servidores - estão, portanto, há tempo suficiente para conhecer, minimamente, seu local de estudo/trabalho.

No que se refere ao conhecimento sobre o IF Goiano, somente 31 dos 347 entrevistados, o que corresponde a 9% da amostra, responderam as três questões corretamente. Analisando as questões separadamente, a maioria – 250 (72%) - identifica a existência de dois Institutos Federais em Goiás e o nome e sigla corretos de ambos. As análises de frequência e de média demonstram que o percentual de acertos pode variar entre 68% e 76%, enquanto os erros variam entre 24% e 32% (aplicação de erro padrão).

Embora esse resultado não corresponda a um dado negativo para a Instituição, uma vez que a maioria demonstra conhecer a distinção dos institutos, considerar que cerca de um quarto da população dessas três unidades não acerta o nome correto do IF Goiano é desafiador para a comunicação organizacional. Quando a análise estatística é feita por segmento, observa-se um aumento significativo no número de acertos entre estudantes que estão no Instituto há mais de três anos. As informações estão dispostas na Figura 1.

Figura 1 – Existência de Institutos Federais de Educação no estado de Goiás

Marque a alternativa que contenha a quantidade
 e o nome/sigla do(s) Instituto(s) Federal(is)
 existente(s) em Goiás

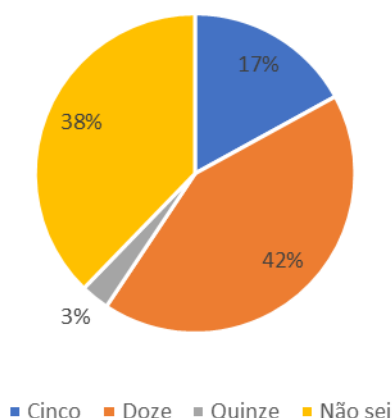


Fonte: Dados da pesquisa.

Na sequência, 42% dos indivíduos demonstraram saber a quantidade de *campi* do IF Goiano, enquanto 58% não o sabem. Com a margem de erro, a quantidade de pessoas que conhece essa informação varia entre 37% e 47%, enquanto os indivíduos que não sabem podem variar entre 53% e 63%. Isso significa que a maioria da população de servidores e alunos dessas três unidades não sabe quantos *campi* o IF Goiano possui. Foi observado, ainda, que 56% dos respondentes acertaram o nome dos municípios em que o IF Goiano tem *campi*, enquanto os erros somam 44%. O percentual de acertos varia entre 51% e 61%. O percentual de erros varia entre 39% e 49%. Considerando esse erro, as diferenças são significativas, porém os resultados muito próximos. Os dados podem ser conferidos na Figura 2.

Figura 2 – Conhecimento sobre a quantidade de Institutos Federais no estado de Goiás

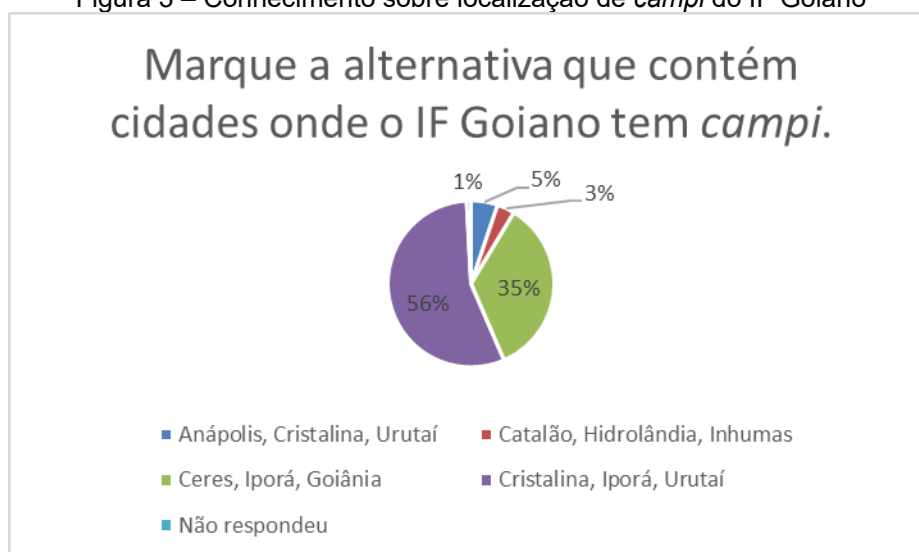
Quantos *campi* o IF Goiano possui?



Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando o erro padrão, a diferença entre acertos e erros é significativa, ou seja, a maioria da população sabe essa informação, porém essa diferença é muito pequena. Também chama atenção o alto número de indivíduos - 121 ao todo, ou seja, 35% - que considerou correta a alternativa que colocava Goiânia como município que comporta um *campus* do IF Goiano. Como já foi dito, a Capital sedia somente a reitoria da Instituição. Confira dados na Figura 3.

Figura 3 – Conhecimento sobre localização de *campi* do IF Goiano



Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando os resultados por *campus* e segmento, tem-se em Rio Verde a amostra mais representativa de sua população. Dos 259 estudantes pesquisados, 144 (69%) sabem da existência e da sigla correta do IF Goiano e do IFG em Goiás. Contudo, a maioria – 86 indivíduos, ou 41% – declara não saber quantos *campi* o IF Goiano possui. Além disso, o número de respondentes da alternativa que coloca Goiânia como *campus* da Instituição (87 respondentes, ou 42%) é muito próximo da correta, com 98 respondentes, o que corresponde a 47% do total.

Conclui-se, nesta etapa, que ao apontar que alunos e servidores desconhecem quantos e quais *campi* o IF Goiano possui, a pesquisa divulgada aponta para a seguinte problematização: estará o IF Goiano, na sua primeira década de formação, fazendo de suas unidades pequenos feudos em vez de se consolidar como instituição única, a partir de projetos integradores? E a Rede Federal, conseguirá se integrar e atuar, de fato, como rede? Cruz Sobrinho (2018, p. 5) dá uma pista: “talvez, se começássemos a nos entender e a trabalhar efetivamente em rede sobre o que é mais e óbvio, em pouco tempo estaríamos mais unidos e com identidade institucional consolidada”.

O estudo aponta, portanto, para a necessidade de assumir o compromisso da integração no sentido de reafirmar a identidade desta escola (CIAVATTA, 2005).

Nesse sentido, é necessário divulgar o IF Goiano para seus públicos internos, mostrar sua história, as transformações ocorridas ao longo dos anos, a fim de inserir neles o sentimento de pertencimento e, com isso, preservar a memória da Instituição (CIAVATTA, 2005).

Ainda, ao se descentralizar a responsabilidade pela comunicação no IF Goiano – considerando-a papel de todos - e, de forma coletiva, construir uma política de comunicação para a autarquia, caminha-se no sentido da integração e, ao mesmo tempo, do fortalecimento de sua identidade. Isso porque, conforme Bueno (2019b), a política reforça a identidade da Instituição, uma vez que está associada à cultura institucional e inclui o relacionamento com os públicos de interesse, sua história e trajetória e o seu sistema de comunicação (canais como portal, mídias sociais, intranet etc). Resumindo, “a somatória de todos estes atributos ou virtudes é que confere a uma organização sua singularidade” (BUENO, 2019b, p.6).

Além disso, fazer seus públicos internos compreenderem o que é o Instituto, o que faz, o que diz e como diz, para depois decidir, coletivamente, para onde se quer ir, são parte do que se propõe em uma política de comunicação e vai ao encontro da ponderação de Ciavatta (2005), no sentido de reafirmação da identidade das escolas. Ademais, criar diretrizes norteadoras que são base para todas as unidades do IF Goiano é começar a trabalhar em rede pelo óbvio, parafraseando Cruz Sobrinho (2018).

Uma proposta integradora

A pesquisa Política de Comunicação na EPT: proposta para um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia tem como principal objetivo propor ações de comunicação que visem à integração do IF Goiano, conforme já dito. Essas ações devem propiciar os subsídios necessários para que a Instituição crie sua Política de Comunicação. Trata-se de um processo articulado de definição de valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, que tem como finalidade orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de comunicação para uma organização, tendo em vista o seu relacionamento com os diversos públicos de interesse (BUENO, 2019b).

Embora esse documento-síntese seja considerado referência obrigatória para o trabalho de comunicação – advém dele todo o planejamento da gestão para a área, são poucas as instituições no país – e na área de Ensino não acontece de forma diferente – que têm políticas de comunicação sistematizadas ou construídas coletivamente. Para Bueno (2019b), ela parte do princípio de que comunicação é tarefa de todos os públicos internos de uma organização – desde o profissional responsável pelo contato com a imprensa, por exemplo, até secretárias ou telefonistas que lidam diretamente com públicos prioritários - aqueles com quem há interesse ou necessidade de se estabelecer o diálogo.

Ora, descentralizar a responsabilidade pela comunicação nas organizações e considerar que o processo de construção da política deva ter participação de

representantes de diversos setores, por si só, já se constitui em um processo de integração. Ademais, criar diretrizes norteadoras que são base para todas as unidades do IF Goiano também caminha nessa direção. Além disso, ao se considerar a política pautada em uma construção coletiva, aposta-se que aumentam sobremaneira as chances de sucesso da sua implementação – se eu fiz parte é porque acredito e estou disposto a buscar soluções.

Iniciar um projeto dessa natureza nos Institutos, contudo, tem seus desafios. Primeiro pela característica multicampi e, portanto, dispersos geograficamente, com uma multiplicidade de públicos para dialogar. Depois porque requer vontade política para colocá-la em prática. Para sair da condição de feudo e cumprir sua missão institucional, comprometida com a ética, a transparência, o profissionalismo e a cidadania (BUENO, 2019b), há, portanto que encontrar ou abrir caminhos para que as chefias estejam dispostas a compartilhar – na prática - informações, vivências, conhecimentos e saberes.

Referências

ALVES, Cristiano Alvarenga. **Mapeamento das Políticas de Comunicação nas Universidades Federais: análise de contexto e relação com as estratégias de ação institucional**. V Congresso da Cosmopolítica, Curitiba, 2013.

BELTRAME, Marcela Monteiro de Lima Lin. **Política de comunicação em instituições de educação profissional, científica e tecnológica: proposta a partir da experiência do IFSC**. Florianópolis, 2014. 618 f. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade do Estado de Santa Catarina, SC, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 dez. 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.plataformanilopecanha.org>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação empresarial: políticas e estratégias**. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Em busca do conceito de comunicação organizacional/empresarial**. Curso de Comunicação Organizacional. Contexto Comunicação e Jornalismo a Distância, São Paulo, 2019a. Apostila.

_____. **Tópicos especiais em comunicação organizacional/empresarial**. Curso de Comunicação Organizacional. Contexto Comunicação e Jornalismo a Distância, São Paulo, 2019b. Apostila.

Clavatta, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. **Revista Trabalho Necessário**, Ano 3, Vol. 3, 2005.

Cruz Sobrinho, Sidinei. **Da formação continuada dos servidores nos IFs** 2018. Trabalho divulgado por meio da rede de Reitores e professores, 2018. Não publicado.

Duarte, Jorge; Silva, Heloiza Dias. Política de comunicação e gestão empresarial: a experiência da Embrapa **Organicom**, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 11-25, 2007.

Gurjão, Olívia. **Política de comunicação institucional**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Apresentação. Disponível em: <https://bit.ly/2kS8g9Q>. Acesso em: 16 jul. 2019.

Houaiss, Antonio (Ed.). Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#1>>. Acesso em: 18 out. 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama de Rio Verde/Goiás**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/rio-verde/panorama>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Panorama de Trindade/Goiás**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/trindade/panorama>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Panorama de Ipameri/Goiás**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/ipameri/panorama>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

IF GOIANO - INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Goiânia, 2019. Disponível em: <https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/39_-_PDI_2019-2023_-_revisado_18-03-2019.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

Kunsch, Margarida M. Krohling. **Universidade e comunicação na edificação da sociedade**. São Paulo: Edições Loyola. 1992.

Moura, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica**: dualidade histórica e perspectivas de integração. Revista **Holos**, Ano 23, Vol. 2, 2007.

_____. Aula inaugural no IF Goiano – Campus Morrinhos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TAdMoEmwS9c>>. Acesso em: 19 out. 2017.

MOURA, Dante Henrique; LEITE LIMA FILHO, Domingos; RIBEIRO SILVA, Mônica. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Vol. 20, n. 63, out./dez. 2015.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. 2007. In: SEMINÁRIO SOBRE ENSINO MÉDIO. 2007, Rio Grande do Norte: Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, 2007.

SCROFERNECKER, Cleusa Maria Andrade. As políticas de comunicação interna das universidades gaúchas. In: XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...] Minas Gerais: Intercom, 2003.

Submetido em 09/07/2019.

Aceito em 01/11/2019.

